

REPORTAGEM ESPECIAL

Acusados vão ser intimados

Suspeitos de integrar o crime organizado no Espírito Santo terão que depor na Polícia Federal

ALINE NUNES
ELIANE PROSCHOLDT
JALDECY PEREIRA
RODRIGO COUTO

A missão especial de combate ao crime organizado já está em operação no Estado e, entre os primeiros planos de ação, foi determinada a convocação dos acusados para depor na Polícia Federal.

As informações que prestarem aos delegados federais serão confrontadas com a farta documentação que a missão já tem em mãos e com outros levantamentos que começam a ser feitos a partir de hoje.

Para buscar novos elementos que possam comprovar a participação dos acusados, também será solicitada a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos suspeitos e serão colocadas escutas telefônicas em suas linhas, com ordem judicial.

“Vamos intimidar alguns suspeitos para depor”, informou ontem o superintendente da Polícia Federal no Estado, delegado Tito Caetano Corrêa.

O coordenador da missão, delegado José Paulo Rubim Rodrigues, disse que as intimações e a quebra dos sigilos vão fazer parte dos procedimentos normais da equipe.

Mas o delegado Tito Corrêa afirmou que, mesmo sob suspeita, os acusados não serão impedidos de sair do Estado, porém

ressaltou que a Justiça está de prontidão para, a qualquer momento, quando solicitada, decretar prisões.

“Nós não podemos fazer restrição de liberdade de locomoção das pessoas até que haja mandado sobre elas, mas a Justiça Federal e a Justiça Estadual estão de plantão para isso”.

Parte dos 50 agentes, cinco delegados e dois peritos criminais da PF de Brasília que compõem a missão especial, já estava desde segunda-feira em atividade no Estado dando proteção às pessoas ameaçadas pelo crime organizado.

Contudo, a operação foi de fato deflagrada na tarde de ontem, após uma reunião entre os representantes dos diversos órgãos que estão integrados na missão.

De acordo com Tito Corrêa, foi um encontro de apresentação e também para definir as atribuições de cada membro.

“Passamos a trabalhar a partir de agora em duplas. Quando for a PF com a Receita Federal vamos tratar de assuntos exclusivos da Receita; com a Alfândega, de assuntos dela; com a Polícia Rodoviária será da mesma forma”, relacionou.

Durante as investigações será usado o helicóptero Esquilo, prefixo PT-YSO, que chegou ontem a Vitória. A aeronave servirá, entre outras funções, para que os policiais identifiquem rotas e pistas clandestinas utilizadas por contrabandistas e traficantes.



O helicóptero, que vai ser utilizado por agentes federais, chegou ontem de manhã a Vitória

Equipe cria disque-denúncia

A população também vai poder contribuir para as investigações da missão especial por telefone. Um disque-denúncia já está disponibilizado para receber informações. O número é 3314-4490 e o denunciante não precisa se identificar.

Os informantes devem passar dados sobre crimes na área federal, entre os quais estão tráfico de drogas, contrabando, sonegação fiscal e abusos contra o

patrimônio público da União.

Mesmo não havendo previsão de recompensa, o delegado Tito Caetano Corrêa, superintendente da Polícia Federal no Estado, espera receber da população pistas que possam ajudar na elucidação de ações do crime organizado.

O sigilo, que vai ser mantido nas denúncias, também poderá ser percebido na atuação da missão especial. De acordo com o superintendente, as pessoas não

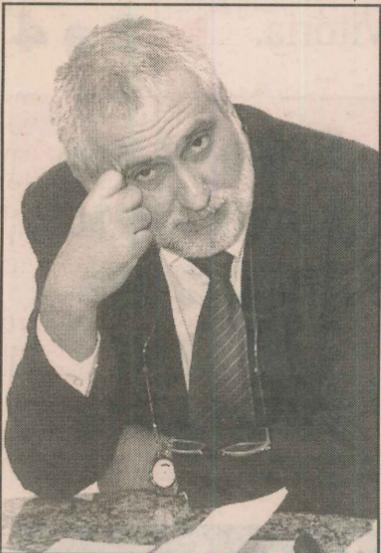
vão ver agentes federais armados com fuzis e metralhadoras pelas ruas da Grande Vitória.

Na coordenação de 10 agentes do COT está o delegado Mário Santos. Entre outras operações, já esteve cooperando no transporte do traficante Fernandinho Beira-Mar, de Brasília para o Rio de Janeiro, e na força-tarefa instalada na capital carioca após o assassinato do jornalista Tim Lopes.

Prioridade é o caso Denadai

Ainda que os alvos da devassa da missão especial não tenham sido revelados pelo grupo, pelo menos uma das linhas de investigação já foi traçada: a apuração do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrido há três meses, a fim de chegar aos mandantes

MILTON SAMPAIO/AT



José Paulo comanda operações

e levá-los à prisão.

“Nós não elegemos quais são as pessoas ou fatos que nós nos voltaremos, exceto que, por determinação do Judiciário, devemos dar prosseguimento às apurações de responsabilidades pela morte do advogado”, expôs o superintendente da Polícia Federal no Estado, delegado Tito Caetano Corrêa.

A perspectiva é que o titular dessa investigação seja o delegado paulista Luna Rocha – um dos membros da missão especial designada pelo Ministério da Justiça.

O inquérito sobre os executores foi feito pela Polícia Civil, que prendeu somente um dos acusados – ainda há outros três soltos. O inquérito dos mandantes ficará a cargo da PF.

MIRA

Na mira do grupo de elite da Polícia Federal e dos procuradores da República que também vão atuar no combate ao crime organizado há mais de 150 pessoas, entre elas políticos, empresários e policiais.

O corregedor da PF de Santa Catarina, delegado José Paulo Rubim Rodrigues, vai coordenar a missão, porém preferiu não detalhar a atuação da equipe para não comprometer os trabalhos.

“As questões específicas das atividades não vou dizer, mas posso falar que vamos ouvir todas as pessoas envolvidas, fazer coleta de provas, sempre agindo no limite da lei e dentro das atribuições da polícia federal que são as questões fazendárias (sonegação, lavagem de dinheiro) e tráfico de drogas”, afirmou o delegado Rubim.

O coordenador disse que será dada continuidade a muitos inquéritos que já estão em andamento e que estão emperrados por falta de efetivo. “Vamos dar um apoio operacional e maior agilidade que não era possível por falta de pessoal”, comentou.

Tito Corrêa, por sua vez, afirmou que inquéritos antigos também poderão ser reabertos, caso a legislação permita. “Processos arquivados por falta de provas, por exemplo, poderão ser retomados”, explicou.

Greve não impede trabalho

O superintendente regional da Polícia Federal, delegado Tito Caetano Corrêa, garantiu ontem que a greve que o Sindicato dos Policiais Federais do Espírito Santo (Sinpef-ES) está marcando para setembro não vai atrapalhar as investigações sobre o crime organizado no Estado.

“Posso garantir que os trabalhos não serão prejudicados caso haja uma paralisação”, disse Tito Corrêa.

Já o presidente do Sinpef-ES, Paulo Roberto Poloni Barreto, disse que se os agentes do Comando de Operação Táticas (COT) aderirem à greve, a atuação deles contra o crime organizado no Estado vai ser prejudicada.

Os agentes federais cruzaram os braços por duas horas na manhã de ontem em todo o País.

Insatisfeitos com a criação da Guarda de Polícia Federal e com a falta de recursos financeiros, inclusive para a manutenção do órgão, cerca de 70 agentes aderiram ao movimen-

to nacional e pararam em frente à sede da Superintendência Regional da Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha.

A manifestação não paralisou o atendimento ao público. O setor de emissão de passaportes, por exemplo, ficou com pessoal reduzido, mas funcionou normalmente durante toda a manhã.

Um carro de som foi colocado em frente à entrada do portão principal, onde os manifestantes se revezavam ao microfone para expor suas idéias.

Entre as reivindicações está o descontentamento da categoria com o arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Os manifestantes discutiram também a utilização da Polícia Federal para fins eleitorais e a falta de uma política de segurança pública por parte do governo federal.

“Daqui a 90 dias essa missão vai embora e volta tudo ao normal”, disse Poloni.